

Sebastião Velasco e Cruz
André Kaysel
Gustavo Cudas
(organizadores)

DIREITA, VOLVER!

**o retorno da direita e o
ciclo político brasileiro**

Adriano Codato
Alvaro Bianchi
Ana Claudia Chaves Teixeira
Andrei Koerner
Bruno Bolognesi
Camila Rocha
Fernando Martínez-Escobar
Flávia Schilling
José Tomás Sánchez-Gómez
Julio Córdova Villazón
Karolina Mattos Roeder
Luciana Tatagiba
Marco Antonio Faganello
Reginaldo C. Moraes
Sávio Cavalcante
Sergio Amadeu da Silveira
Thiago Trindade
Venício A. de Lima

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidente: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide, Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Maria da Costa

Revisão

Angélica Ramacciotti

Capa e editoração eletrônica

Antonio Kehl

Foto de capa

Flickr Mídia Ninja, Manifestação pelas Reformas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro / Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Codas (organizadores). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
304 p. : il. ; 30 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7643-292-0

1. Política - Brasil. 2. Direita e esquerda (Ciência política). 3. Meios de comunicação. 4. Conservadorismo. 5. Política - América Latina. I. Velasco e Cruz, Sebastião. II. Kaysel, André. III. Codas, Gustavo.

CDU 329.055.2(81)

CDD 320.50981

Este livro obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224 – Vila Mariana
CEP 04117-091 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910
editora@fpabramo.org.br
www.efpa.com.br
www.facebook.com/fundacao.perseuabramo
twitter.com/fpabramo

Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras

André Kaysel

Introdução

Talvez uma das grandes novidades do atual panorama político brasileiro seja a emergência de uma forte corrente, tanto nos meios político-partidários, como na opinião pública em geral, que se assume claramente como sendo “de direita”. Esse “orgulho direitista” recém-adquirido parece contrastar com a história de uma sociedade na qual, talvez pelos 20 anos de regime militar, a “direita” em geral assumiu uma conotação pejorativa. Daí que, segundo pesquisas de opinião conduzidas no Congresso nacional em inícios dos anos 1990, a maioria dos parlamentares vinculados à legendas notoriamente pertencentes ao campo da “direita”, preferissem se classificar como “de centro” (Mainwaring; Menegello; Power, 2000).

Porém, se enganam aqueles que porventura creiam que a trajetória da direita entre nós está começando agora. Como advertiu há cerca de 25 anos o professor Antonio Cândido (1990), o radicalismo é que historicamente foi a exceção entre nossos homens de ideias, sendo o conservadorismo o “maciço central” que dominaria nossa vida intelectual. Assim, a direita, ou melhor, as direitas têm no Brasil uma longa história, sem a qual a atual onda reacionária se torna incompreensível, como “um raio em céu azul”. Não teria condições,

nos estreitos limites deste texto, de fazer algo remotamente parecido com uma história das correntes políticas e ideológicas que conformam o campo das direitas no país. Pretendo, outrossim, fornecer ao leitor algumas balizas ou pontos de referência de uma genealogia, apontando como as heterogêneas forças que hoje parecem constituir um bloco homogêneo, não só não o fazem, como pertencem a diferentes tradições, frequentemente contrapostas, cuja compreensão me parece indispensável para quem deseje entender a crise contemporânea vivida pelo país.

Iniciarei meu percurso tratando das ambíguas relações entre o liberalismo e o conservadorismo no Império e na Primeira República. Em seguida, tratarei da crise desta última na década de 1920 e da emergência de novas correntes direitistas – católicas, integralistas e corporativistas – que dominariam a cena nos anos 1930. Em um terceiro momento, discutirei a transição democrática de 1945 e a formação de dois partidos políticos que, polarizados em torno da figura de Getúlio Vargas e do legado do Estado Novo, poderiam, não obstante, ser ambos classificados como “de direita”: o PSD e a UDN. Na quarta sessão, me concentrarei na crise política que antecedeu o golpe de 1964 e na formação de uma ampla frente das direitas contra o reformismo de João Goulart. Na quinta sessão, trabalharei o período da redemocratização dos anos 1980 e a conversão da maior parte da direita ao neoliberalismo. Na conclusão, me deterei à beira da conjuntura atual, fazendo algumas breves considerações sobre o cenário recente.

Por fim, na medida em que “esquerda” e “direita” são categorias evidentemente relacionais e mutuamente referidas, não é possível empreender um estudo sobre a direita política sem uma remissão à sua antagonista, a “esquerda”. Dessa maneira, farei algumas referências laterais às esquerdas brasileiras nos momentos históricos nos quais sua atuação foi fundamental para plasmar uma cristalização das identidades políticas das direitas.

1. Liberalismo e Conservadorismo: do Império à Primeira República

Para começar, uma palavra sobre o conceito de conservadorismo. Dentre as diversas interpretações deste conceito, destacaria duas mais importantes e clara-

mente contrapostas. De um lado, há uma definição do conservadorismo como um estilo de pensamento que reage negativamente à modernidade burguesa, sustentado em uma base social aristocrática (Mannheim, 1981). De outro, poder-se-ia pensar o conservadorismo como uma “ideologia posicional”, isto é, que só se define pela contraposição às investidas radicais, não tendo um conteúdo próprio (Huntington, 1957).

Creio que, para o caso brasileiro, a segunda definição é mais interessante. Afinal, como destacam diferentes intérpretes do pensamento político-social brasileiro, os valores e formas da sociedade burguesa, do capitalismo e do Estado moderno foram, ao longo de nossa história independente, relativamente consensuais no seio das elites sociais, políticas e intelectuais (Santos, 1978), (Vianna, 1997), (Lynch, 2015). Nesse sentido, figuras abertamente reacionárias, anticapitalistas e nostálgicas da Idade Média ou da ordem feudal, como foi o caso do jurista pernambucano Brás Florentino, no século XIX, foram relativamente isoladas ou minoritárias (Lynch, 2008).¹ Em síntese, como ressalta Bernardo Ricupero (2012), em um país americano, como o Brasil, o culto ao passado, que Mannheim identifica como um dos elementos-chave do estilo de pensamento conservador, enfrenta não poucos problemas. Afinal, reivindicar o passado, isto é, a colônia, não era uma opção para as elites imperiais, engajadas na construção de um Estado nacional independente.

Contudo, é inegável que, ao contrário do que ocorreu com nossos vizinhos hispano-americanos, o próprio processo de independência brasileiro teve um claro corte conservador, dado seu caráter de transição pactuada entre as elites locais e as da antiga metrópole, evitando uma guerra civil generalizada. Essa característica empresta à independência brasileira uma ambiguidade que se reflete em sua historiografia: de um lado, autores que enfatizam a ruptura com Portugal, e, de outro, aqueles que destacam a continuidade (Costa, 2005).

Esta última leitura foi a que prevaleceu na historiografia imperial, cujo maior nome, o historiador Adolpho José de Varnhagen, pensava a separação

¹ No século XX, um representante dessa vertente propriamente “reacionária” do pensamento político brasileiro pode ser encontrado no pensador católico carioca Gustavo Corsão. Outros representantes poderiam ser os também católicos da revista *A Ordem*, que apresentarei mais a diante. Sobre Corsão, cf. Paula (2012).

entre o Brasil e sua antiga metrópole como análoga à emancipação de um filho que atinge a maioridade em relação aos pais (Ricupero, 2012; Costa, 2005).

Assim, tanto o novo Estado, o qual conservava a forma monárquica e a base escravocrata, como a autoimagem de suas classes dirigentes, preservavam fortes vínculos com suas origens coloniais. Não por acaso, o grupo político que hegemonizou a consolidação do Estado brasileiro, na passagem dos anos 1830 para os 1840, foi o Partido Conservador, de homens como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Paulino Soares de Souza, o Visconde do Uruguay. Antigos liberais que se haviam oposto ao absolutismo de Pedro I, os homens do “regresso”, como ficaram conhecidos, cerraram fileiras em torno de um Estado monárquico e centralista como única forma de fazer frente ao “caos” e à “desordem” desencadeadas pelas revoltas do período regencial. As palavras do próprio Vasconcelos são bastante esclarecedoras:

Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, nas ideias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade, os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e a frágua. Como então quis, quero agora servi-la, quero salvá-la e por isso sou regressista. (Vasconcelos, 1837, apud Bosi, 1992a, p.200)

Tratava-se, portanto, não de uma formação ideológica propriamente “reacionária”, no sentido de uma defesa integral do “antigo regime” ou de uma negação do governo constitucional-representativo, mas sim de um liberalismo conservador, ou de um “liberalismo de direita”, fortemente apoiado no pensamento de autores “liberais franceses da primeira metade do século XIX, como Guizot ou Benjamin Constant” (Lynch, 2008).

Para alguns intérpretes, frequentemente associados ao marxismo, a centralização monárquica responderia ao imperativo de preservar a ordem escravocrata, pedra de toque da dominação social no Brasil pós-independência e principal legado do período colonial. Daí que, escrevendo sobre o Conselho de Estado, Caio Prado Jr., faça a seguinte afirmação cáustica: “Cria-se também, pela Lei de 23 de novembro de 1841, o Conselho de Estado (a ‘arca da tradição’, como disse Nabuco; melhor diria o ‘baú da escravidão’) que foi o coroamento da obra reacionária que analisamos” (Prado Jr., 1987, p. 79)

Porém, há outras leituras, mesmo no campo progressista, que valorizam o papel positivo dos conservadores do Império por sua obra de construção e consolidação de um Estado que, ao contrário das ex-colônias da Espanha, teria sido capaz de manter a unidade e os limites territoriais da América lusitana. Dessa maneira, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, escrevendo do ponto de vista da esquerda nacionalista, elogiou estadistas conservadores como o já citado Visconde do Uruguay por seu realismo político, que lhes teria permitido discernir o interesse nacional nos termos de sua época: salvaguardar a unidade e a integridade territorial (Ramos, 1960, p.56-57).

Esta última leitura se aproxima explicitamente da visão de mundo dos próprios “saquaremas”, como eram também chamados os conservadores no jargão político de então. Em seu *Ensaio sobre o direito administrativo* de 1862, o Visconde do Uruguay advertia os liberais, seus adversários, de que a adoção de instituições políticas anglo-saxãs, tais como o federalismo ou o *self-government*, não conduziria, nas condições brasileiras, à uma sociedade liberal moderna, mas sim à desordem (Uruguay, 2003, cap.XXXIII). A posição oposta, advogada pelos liberais, ou “lusias”, pode ser bem ilustrada pelo publicista Marco Aurelino Tavares Bastos, autor de *Cartas do solitário* (1870). Para Tavares Bastos, os males do país estariam justamente no Estado centralista e pesado erguido pelos conservadores, o qual sufocaria a livre iniciativa econômica.

Essa controvérsia do período imperial ilustra bem a relativa convergência de valores acima aludida, estando a grande divergência nos meios mais adequados para atingir a modernidade burguesa, e não tanto nessa modernidade em si.

Com a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889), o conflito muda de chave. Entre os republicanos, delineiam-se duas grandes correntes: uma, fortemente influenciada pelo positivismo, defendia um Estado, ao mesmo tempo autoritário, mas interventor, o qual deveria regular o conflito social e mesmo promover algum desenvolvimento industrial. Essa vertente, bem representada pelo governo do Marechal Floriano Peixoto, teria hegemonia circunscrita ao estado do Rio Grande do Sul, aonde foi assumida como ideologia oficial por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros (Bosi, 1992b). Do outro lado, estava o liberalismo federalista, defensor da descentralização política e do *laissez-faire* econômico. Esse liberalismo, cujo pilar de sustentação eram as elites cafeeiras paulistas, se tornaria hegemônico

a partir dos governos do paulista Prudente de Moraes (1894-1898) e, especialmente, do mineiro Campos Salles (1898-1902), o qual consolida o pacto entre as elites regionais que estabilizou o novo regime, a chamada “política dos governadores”. É interessante notar que o liberalismo era a linguagem política tanto daqueles, como o próprio Campos Salles, que defendiam o poder das oligarquias locais como única forma de dar estabilidade ao país e promover o progresso, como dos críticos desse arranjo que, como o jurista baiano Ruy Barbosa, o denunciavam pela distorção da representação popular e pela corrupção que promoveria (Lynch, 2015).

2. Os anos 1920-1930: catolicismo, integralismo e corporativismo

Se a Primeira República se iria caracterizar pelo predomínio do liberalismo, tanto político, como econômico, o momento de sua crise, claramente assinalável durante a década de 1920, iria testemunhar a emergência de correntes ideológicas antiliberais. Tais vertentes são muitas vezes subsumidas sob o rótulo impreciso de “pensamento autoritário” (Lamounier, 1977).²

Nessa chave, os “autoritários” teriam em comum a rejeição do liberalismo em suas diversas formas e a defesa de um Estado centralizador e da disciplina corporativista dos conflitos sociais como garantias da coesão da sociedade.

Contudo, essa identificação genérica acaba ocultando a grande diversidade de propostas de reorganização da República que foram formuladas no campo conservador de então, que se exprimiam em diferentes modalidades de corporativismo, bem representadas por autores como Alberto Torres e Francisco José de Oliveira Vianna. Apoiado no diagnóstico segundo o qual a sociedade brasileira seria caracterizada pelo “insolidarismo”, Vianna (1986) afirmava que a adoção de instituições liberais, como aquelas previstas na Carta de 1891, só reforçaria a força centrípeta e arbitrária dos potentados locais.

² A propósito, há um interessante debate entre os cientistas políticos Bolívar Lamounier (1977) e Wanderley Guilherme dos Santos (1978) acerca da caracterização dessas correntes de pensamento. Enquanto o primeiro as considera intrinsecamente antiliberais e tributárias de uma visão de mundo “organicista”, Santos as caracteriza como “autoritarismo instrumental”, na medida em que compartilhariam com os liberais o paradigma da ordem burguesa.

Como alternativa, o autor propugnava pela formação de um Estado forte e centralizado, como única garantia à liberdade e integridade dos cidadãos nas condições brasileiras, em explícita ressonância das ideias do Visconde do Uruguay, acima referidas. Como se verá mais adiante, após a Revolução de 1930, Oliveira Vianna teria um papel de destaque como consultor do recém-criado Ministério do Trabalho no desenho da legislação trabalhista de perfil corporativista, de longa duração entre nós.

Vertente bem distinta, foi aquela que se exprimiu a partir da criação, em 1921-1922, do Centro D. Vital e da revista *A Ordem*. Liderados pelo sergipano Jackson de Figueiredo, essas duas iniciativas foram o ponto de convergência de uma militância católica conservadora, inspirada no pensamento contrarrevolucionário do século XIX (Pinheiro Filho, 2007, p.35). Se o pensamento de Oliveira Vianna possui uma relação ambígua com o liberalismo e a modernidade burguesa, o mesmo não se pode dizer do pensamento de *A Ordem*, mais propriamente reacionário do que conservador.

A crise da Primeira República também abriu espaço à organização, no plano político-partidário, da esquerda no Brasil. Se correntes anarquistas e socialistas já possuíam presença no movimento operário desde a virada do século, foi com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, que a esquerda ganhou uma expressão mais organizada em âmbito nacional. A pronta cassação do registro da agremiação, quase imediatamente após sua criação, aponta como o advento do PCB forneceu à direita brasileira uma nova bandeira, que, como se verá ao longo deste ensaio, terá lugar de destaque em seu discurso e em sua identidade nos próximos decênios: o anticomunismo militante.

Por fim, a década de 1920 também foi o cenário do principal movimento de contestação política da ordem oligárquica então em vigor: o “tenentismo”, nome dado em função do protagonismo da jovem oficialidade das forças armadas. Inicialmente agrupados em torno de uma pauta de restauração da ordem liberal da Constituição de 1891, os tenentes se tornarão crescentemente críticos ao liberalismo então dominante. Porém, seu movimento não ganharia uma ideologia coerente e unificada. No decênio seguinte, as fileiras do tenentismo forneceriam algumas das principais lideranças, tanto da direita, como Juarez Távora, como do comunismo brasileiro, caso de Luís Carlos Prestes,

seu líder maior, sendo, pois, um movimento-chave que cortará ao longo do espectro político.

Como se sabe a crise da Primeira República acaba desembocando na derrocada do regime e na Revolução de 1930. Pode se dizer que o período inaugurado pelo movimento de 1930 abre, pela primeira vez em nossa história, o espaço para o surgimento de organizações partidárias nacionais de perfil ideológico mais nítido. Em meados daquela década a cena pública seria polarizada por duas organizações que possivelmente iniciam a oposição entre direita e esquerda no Brasil: a Ação Integralista Brasileira (AIB), agremiação de inspiração fascista fundada em 1932 e encabeçada pelo escritor modernista Plínio Salgado, e a Aliança Libertadora Nacional (ANL), frente antifascista e anti-imperialista, organizada em 1934-1935, liderada por Luís Carlos Prestes e pelo PCB. Contando com centenas de milhares de simpatizantes nos principais centros urbanos do país, polarizando as camadas médias e a intelectualidade, o integralismo e o aliancismo serão as duas tentativas pioneiras de estabelecer partidos com expressão de massas em uma sociedade na qual a política até então se restringia quase exclusivamente aos círculos oligárquicos.

O primeiro desses movimentos iria exercer um poderoso efeito de gravitação no campo da direita brasileira. Após a proscricção da ANL em 1935, o movimento integralista chegou a ser a principal organização político-partidária do país, com especial apoio nas classes médias urbanas e em setores da Igreja Católica. Tratava-se de uma direita que, em conformidade com suas congêneres europeias e de modo inédito no Brasil, lançava mão da mobilização de massa e de técnicas modernas de agitação e propaganda. São exemplos bem conhecidos nesse sentido os desfiles integralistas, a adoção das “camisas verdes” como uniforme, a letra grega “sigma” como emblema e a saudação com a palavra tupi “anauê!”.

Ainda que uma das fontes de inspiração explícita dos seguidores de Plínio Salgado fosse o fascismo italiano, em particular, e os movimentos de extrema-direita europeus em geral, então no auge, é importante frisar que a caracterização ideológica do integralismo se presta a alguma polêmica, em parte devido às afirmações do próprio Salgado de que o integralismo seria uma ideologia originalmente brasileira. Além disso, de fato, o movimento possuía algumas singularidades que o distinguiam do figurino nazifascista europeu, como o

peso da espiritualidade católica em seu ideário, ou mesmo a admissão de militantes negros em suas fileiras. Entre os estudiosos pioneiros do integralismo na década de 1970, há tanto pesquisadores que defendem o caráter fascista do integralismo – ainda que reconhecendo-lhe uma maior ou menor originalidade – como aqueles que negam essa caracterização.³

Entre 1935 e 1937, o movimento viveu seu auge, chegando a aspirar a tomada do poder por via eleitoral, lançando Plínio Salgado como candidato às eleições presidenciais previstas para 1938. Porém, o golpe de Estado desferido por Getúlio Vargas em 10 de dezembro de 1937, com a instauração do “Estado Novo” e a proscricção de todas as organizações partidárias, acabou frustrando as pretensões integralistas. Após a Segunda Guerra Mundial, o integralismo se reorganizaria sob a sigla do Partido de Representação Popular (PRP), agremiação de menor importância no quadro nacional, embora com peso expressivo nos três estados do sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), contando com apoio importante das colônias italianas e germânicas nas quais a AIB havia tido uma significativa presença.

Em que pese sua centralidade na década de 1930, o integralismo esteve longe de ser a única corrente representativa da direita brasileira no período. O catolicismo militante, cuja origem foi abordada acima, ainda que próximo à AIB, possuía expressão política própria. Sob o estímulo da hierarquia eclesiástica – notadamente do cardeal D. Sebastião Leme –, a ação católica culminaria, no plano político-partidário, na criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), que teve um peso importante nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1934.

Em outro polo, pode-se identificar ainda a grande presença do liberalismo oligárquico da Primeira República. Embora sob ataque de diversas correntes e tendo perdido o predomínio do período anterior, sua força não era nada desprezível, o que fica patente na insurreição paulista de 1932, quando se uniram os antigos adversários do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Democrático (PD). Apesar da derrota militar, os paulistas marcaram, por meio da Frente Única Paulista (FUP), uma forte presença nas eleições

³ Para uma revisão bibliográfica dos estudos sobre o Integralismo, dos trabalhos pioneiros de Élgio Trindade, Gilberto Felisberto Vasconcelos e José Chasin, na década de 1970, até as teses e dissertações mais recentes, cf. Oliveira (2010).

para a Constituinte de 1933. De certa forma, a redação final da Carta de 1934 revela um compromisso entre o ideário corporativista, abraçado pelos antigos simpatizantes do tenentismo e pelo governo provisório, com o liberalismo das oligarquias primário-exportadoras, notadamente as de São Paulo.

Contudo, o grupo que terá um peso decisivo no período que vai de 1930 a 1945 será aquele que se organizará em torno de Getúlio Vargas e do regime do Estado Novo. Na realidade, o novo círculo dirigente era tudo menos homogêneo, sendo composto por frações muito distintas: militares conservadores como Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra; políticos de extração oligárquica como o próprio Vargas, ou seu ministro da Justiça, o mineiro Francisco Campos, e intelectuais “autoritários” como Azevedo Amaral ou o já citado Oliveira Vianna. Personagens tão heterogêneos exprimem bem a aliança que se formou no período entre frações das oligarquias voltadas para o mercado interno e setores das classes médias urbanas, envolvidos na burocracia civil e militar, constituindo-se assim o núcleo dirigente que reorganizaria o aparato estatal.

Imbuídos de um ideário corporativista, organicista e hierárquico, essa nova elite iria plasmar um Estado centralista, capaz de incorporar de modo subordinado novos atores sociais – como a burguesia industrial e o proletariado urbano – e de promover o desenvolvimento industrial como estratégia de superação do atraso. Dessa maneira, forjava-se uma via de desenvolvimento capitalista “pelo alto”, análoga ao caminho empreendido, no século anterior, por países como o Japão Meiji e, em especial, a Prússia de Bismarck. Nas irônicas palavras de Luís Werneck Vianna:

Os *junkers* caboclos dessa transição virão de latifúndios excélcios e ancestrais, como o de Vargas, de Francisco Campos [...], o de Mello Franco, o de Capanema, o de Távora, o de Magalhães, em Pernambuco, e o de Góes Monteiro, nas Alagoas, a que se acoplará, depois de 1935, o severo tronco paulista, sem os pruridos aristocráticos da elite deposta, conviverão em boa comunhão com os nomes estrangeirados empresários imigrantes, sabendo ainda cooptar os intelectuais de talento da pequena burguesia, como Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta, entre outros. (Vianna, 1976, p.134)

Essa modalidade de desenvolvimento capitalista pelo alto, que pode ser captada por distintos conceitos – tais como “modernização conservadora”, “via prussiana” ou “revolução passiva” –, teria longa vida entre nós, sobre-

vivendo em muito ao fim do Estado Novo. Conviveria, ainda que de modo tenso e contraditório, com o regime liberal-democrático da Constituição de 1946 e, após o golpe de 1964, seria aperfeiçoada e exacerbada pelo regime militar, como discutirei mais adiante.

3. A abertura de 1945: a direita entre o varguismo e o antivarguismo

Com a mudança da conjuntura internacional, marcada pela vantagem dos Aliados sobre o Eixo na Segunda Guerra, e com o ingresso do Brasil no conflito ao lado dos primeiros (1943-1944), o Estado Novo entra em crise, tendo início um processo de transição democrática, o qual culminaria, em 1945, com a legalização dos partidos políticos e a convocação de eleições presidenciais e para uma nova Assembleia Constituinte.

O novo sistema de partidos que emerge naquele momento, entretanto, não teve no *continuum* esquerda/direita seu principal eixo estruturante. Como lembra Maria do Carmo Campelo de Souza em estudo clássico sobre o sistema partidário do período 1945-1964, a polarização entre varguismo e antivarguismo forneceria a principal clivagem política que iria dividir os partidos de então (Souza, 1976). Desse modo, enquanto as máquinas das interventorias do Estado Novo e o sindicalismo corporativo forneceriam as bases para a formação das duas agremiações varguistas – o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) –, as oposições ao regime e a Vargas se aglutinariam na União Democrática Nacional (UDN).

Isso não equivale a dizer que a clivagem esquerda/direita fosse irrelevante, mas sim que ela era perpassada por outra divisão, a saber: entre aqueles que se reconheciam, de um modo ou de outro, como tributários do projeto político encabeçado por Getúlio Vargas a partir de 1930, e aqueles que, também por distintos motivos, o rejeitavam. Em especial durante a ditadura estadonovista, Vargas havia consolidado um modelo de industrialização capitaneada pelo Estado, apoiado em uma coalizão dirigente que incluía setores das oligarquias, a burocracia estatal (civil e militar) e parcela do empresariado urbano. A outra face desse projeto era a incorporação subordinada dos trabalhadores urbanos por meio de uma estrutura sindical corporativista.

Quando da abertura democrática, não foi possível a Vargas, embora essa fosse sua intensão original, aglutinar suas heterogêneas bases de apoio em um único partido político (Gomes, 2005). Mais além, em uma comparação com o peronismo, que na mesma época se estruturava na Argentina, Ernesto Laclau sublinha o fato de que Vargas não pôde, por diversas razões, criar uma linguagem política nacionalmente unificada (Laclau, 1978). Daí que, nos anos seguintes, o varguismo teria, por assim dizer, duas faces: uma conservadora, o PSD, que aglutinava as máquinas políticas locais de base agrária, e outra nacional-popular, o PTB, o qual se apoiava nos trabalhadores urbanos.⁴

O PSD, como já ficou dito, foi formado pelos ex-interventores estaduais, que haviam sido nomeados por Getúlio durante o Estado Novo. Por meio das interventorias, a agremiação se articulava com o poder local dos latifundiários e suas clientelas rurais. Essa estruturação dava ao partido um perfil eminentemente conservador em termos ideológicos, mas, ao mesmo tempo, também lhe conferia uma vocação intrinsecamente governista. Como assinala Victor Nunes Leal, em seu clássico *Coronelismo, enxada e voto*, uma das características mais salientes do coronelismo é sua inclinação a composição com o poder central, pois essa seria a única forma de reprodução de suas clientelas (Leal, 1993). Daí que o PSD se caracterizaria como agremiação conservadora, mas de perfil moderado e centrista (Hipólito, 1983).

Quanto às posições políticas, o espectro do PSD ia do conservadorismo autoritário e anticomunista de Eurico Dutra ao desenvolvimentismo democrático do governo de Juscelino Kubistchek. Na crise final do regime, em inícios dos anos 1960, o pessedismo se dividiria entre o reformismo moderado de alguns de seus mais destacados dirigentes e a intransigência reacionária de suas bases rurais (Figueiredo, 1993).

Do lado da oposição, a UDN também englobava forças díspares. Como sublinha Maria Vitória Benevides, na fundação do partido podem ser identificados cinco grupos distintos cujas fronteiras não são rígidas e estanques, mas

⁴ O PTB, inicialmente, era um partido sem uma definição ideológica clara, tributário do carisma de Vargas e das clientelas urbanas dos sindicatos e IAPs. Com o passar dos anos, foi ganhando as feições de um partido de esquerda reformista, sem, contudo, perder de todos os traços de origem. Sobre a trajetória do trabalhismo cf. Delgado (1995).

cuja diferenciação auxilia a entender a variedade de correntes que se aglutinavam na nova agremiação:

- a. as oligarquias destronadas com a Revolução de 1930;
- b. Os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou em 1937;
- c. Os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945;
- d. Os grupos liberais com uma forte identificação regional;
- e. As esquerdas. (Benevides, 1981, p.29)⁵

Já Octávio Dulci, outro destacado estudioso do udenismo, também sublinha a heterogeneidade e as tensões internas à agremiação. Abarcando a trajetória da UDN de 1945 a 1964, esse autor aponta a existência de cinco grandes correntes: os “chapas-brancas”, ou adesistas”, grupos oligárquicos regionais afeitos à conciliação com o poder central; os “bacharéis”, dirigentes históricos de formação liberal e defensores de uma estratégia oposicionista e competitiva; os “realistas”, conservadores que reconheciam a legitimidade do regime e procuravam uma composição, em especial com o PSD; o “lacerdismo”, facção mais extremista e antirreformista e, por fim, a “boça nova”, grupo mais afeito à posições favoráveis à reforma social (Dulci, 1986, p.36-38).

Para Benevides, desde sua origem, a UDN estaria marcada pelas ambiguidades entre o liberalismo e o conservadorismo que, como se discutiu acima, teriam caracterizado as elites brasileiras desde o Império (Benevides, 1981, p.23). Já Dulci procura definir a UDN como expressão do “antipopulismo”, por sua oposição ao programa nacional-desenvolvimentista, de base multi-classista, do getulismo.⁶ As características mais destacadas do “antipopulismo” seriam o formalismo jurdicista; o elitismo que via na participação das cama-

⁵ Com a expressão “esquerdas”, a autora se refere à “esquerda democrática”, grupo de socialistas democráticos, ao mesmo tempo anti-stalinistas e antivarguistas, de escassa presença no meio operário, embora bem implantados na classe média intelectualizada. Na conjuntura de 1945, seus adeptos confluíram com os liberais. Porém, dado o perfil predominantemente conservador da UDN, a esquerda democrática logo abandonaria a agremiação para fundar, no final da década, o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

⁶ Aqui Dulci parte explicitamente de Weffort (2003), para quem o “populismo” seria uma forma de “bonapartismo”, fruto de um “Estado de compromisso” entre as diversas frações da classe dominante. Estou de acordo com as críticas formuladas a essa e outras concepções de populismo, como as feitas pelos colaboradores da coletânea organizada por Ferreira (2001). Contudo, creio, como propõe Aggio (2003), que o “populismo” pode ser pensado, não

das populares, promovida pelo getulismo, uma distorção da representação; o moralismo, que procurava na substituição dos “corruptos” pelos “honestos” a solução dos problemas nacionais; um programa econômico que defendia a livre empresa contra o intervencionismo estatal e uma defesa de uma administração “técnica” e “neutra” (Dulci, 1986, p.38-45).

Dessa maneira, podemos dizer que haveria no Brasil de então duas “direitas” distintas: uma ligada ao programa varguista, respondendo por sua dimensão conservadora, bem representada pelo PSD, e outra, que lhe era oposta, encarnada sobretudo na UDN. Cabe destacar que os dois partidos, pela centralidade de suas bases rurais, eram partidos em grande medida complementares.⁷ Além disso, ambos possuíam um perfil conservador e oligárquico.

O período 1945-1964 foi, sem dúvida, nossa primeira experiência democrática propriamente dita, já que pela primeira vez se verificou no país a participação popular ampliada, por meio do sufrágio, além de eleições de fato competitivas. Porém, a literatura que nele se debruça costuma destacar duas sérias limitações à democracia de então: a exclusão da população rural do direito ao voto – por meio do requisito da alfabetização – e a cassação do registro eleitoral do Partido Comunista do Brasil (PCB).

A primeira dessas limitações pode ser explicada pelo peso político dos grandes proprietários rurais que, como ficou dito acima, formavam as bases tanto do maior partido da situação, como da principal legenda de oposição. Já a segunda só pode ser compreendida pela remissão ao contexto internacional do pós-guerra, marcado pela eclosão da Guerra Fria entre EUA e URSS. Além disso, o PCB teve um desempenho eleitoral excepcional nas eleições de 1945 e 1946, com quase 10% dos votos para a Presidência da República, fazendo de Prestes o senador mais votado do país, formando a quarta maior bancada na Constituinte e elegendo grandes bancadas estaduais e municipais nos principais centros urbanos. Como destaquei acima, o anticomunismo já fazia

como um conceito, mas como arma retórica no embate político, sendo, portanto, produto do “antipopulismo”.

⁷ A UDN, é verdade, além das bases rurais, distinguia-se por um apoio importante nas classes médias urbanas. Com o tempo, na medida em que seu eleitorado rural declinava, o eleitorado udenista urbano, mais ideológico, cresceria importância. A propósito dos padrões eleitorais do período, cf. Lavareda (1999).

parte do imaginário político da direita brasileira desde os anos 1920. A ANL e o posterior levante de 1935 o intensificaram sobremaneira, em particular nas Forças Armadas. Por fim, o início da Guerra Fria e o bom desempenho eleitoral dos comunistas acabaram selando a sorte da agremiação, o que privou o sistema partidário brasileiro de uma força capaz, a médio prazo, de lhe conferir maior consistência ideológica (Brandão, 1997).

4. A crise pré-1964 e a unificação das direitas

A conjuntura aberta com a crise ensejada pela renúncia de Jânio Quadros em 1961 marcou uma autêntica “crise do poder”, isto é, da dominação, diante da força ascensional, do povo como sujeito na cena histórica (Ramos, 1961, p.21-22). A chegada ao poder de João Goulart e a mobilização sem precedentes dos subalternos – em particular dos camponeses e trabalhadores rurais – polarizaram a sociedade brasileira em torno das chamadas “reformas de base”, com destaque para a agrária (Reis, 2001).

Tal cenário teve, como seria de se esperar, um profundo impacto nas classes superiores da sociedade e nas forças políticas conservadoras. Como sintetiza o historiador René Armand Dreyfus (1987), no Brasil de inícios da década de 1960 formou-se um “bloco histórico multinacional-associado” – capitaneado pelos tecnoempresários vinculados ao capital multinacional – como alternativa de poder ao “bloco histórico nacional-populista” e seu impulso reformador.

Esse bloco de forças sociais e políticas logo se organizou em um complexo de organizações da sociedade civil, voltadas para a elaboração de uma plataforma de transformações econômicas e políticas própria, para a agitação e propaganda e para a conspiração com vistas à derrubada do governo. O principal núcleo dessa rede de organizações era formado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), constituindo-se aquilo que Dreyfus denominou como “complexo Ipes-Ibad” (Ibid.).

O complexo Ipes-Ibad contava com vínculos decisivos no interior da Escola Superior de Guerra (ESG). Basta lembrar que o fundador e primeiro presidente do Ipes, o general Golbery do Couto e Silva, era um dos mais proeminentes estrategistas da ESG. Como já se pôde notar acima, a relação

da direita civil com os militares no Brasil não era coisa nova. A UDN, por exemplo, sempre buscou o apoio de facções militares em suas tentativas de desestabilização do regime, como na crise final do governo Vargas (1954).

Segundo o cientista político Alfred Stepan (1975), os militares brasileiros teriam tido, ao longo da história republicana, o que ele denominou como “papel moderador”, sendo convocados por distintas forças civis para servir de árbitros das disputas políticas. Porém, o ambiente de radicalização de inícios dos anos 1960 levou a um desgaste desse padrão, na medida em que os oficiais passaram a temer pela integridade das forças armadas e a pôr em questão a capacidade dos civis de comandar a política do país.

Outro vínculo interno de grande importância para o complexo Ipes-Ibad foram os meios de comunicação de massas: jornais, rádios e emissoras de televisão (estas últimas dando seus primeiros passos no país). Órgãos como os jornais *O Estado de S. Paulo*, da família Mesquita, *O Globo*, dos Marinho, ou os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand – que incluíam também a Rádio e Televisão Tupi – serviam como uma grande caixa de ressonância para a difusão dos discursos anticomunistas e “antipopulistas” das forças conservadoras. É verdade que, assim como no caso dos militares, essa relação não era novidade, como se pode verificar no papel central dos meios de comunicação na crise que conduziu Vargas ao suicídio.⁸

Um terceiro ator interno que teve papel destacado na aliança das direitas foi a maior e mais antiga instituição cultural do país: a Igreja Católica. Já se viu sua importância por meio da militância do Centro D. Vital, nos anos 1920, e da LEC, nos 1930. Ainda que no início dos anos 1960, sob o impulso renovador do Concílio Vaticano II, se estivesse formando uma importante corrente de esquerda no catolicismo brasileiro – da qual a criação da Ação Popular (AP) em 1962 é o melhor exemplo –, o conservadorismo católico ainda era poderoso, controlando a hierarquia eclesiástica. O poder de convocatória dessa pregação, que associava o anticomunismo à defesa da fé e dos valores cristãos, ficou patente nas multitudinárias “Marchas Com Deus, Pela Família e a Liberdade”,

⁸ A imprensa teve um papel central na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que, em 1953, investigou o jornal *A Última Hora*, de Samuel Wainer, simpático ao governo e que teria recebido ilegalmente fundos do Banco do Brasil. Para a versão de Wainer a respeito, cf. Wainer (2005).

da qual a marcha paulistana de 19 de março de 1964 é a mais conhecida, mas nem de longe o único exemplar (Codato; Oliveira, 2014).

Por fim, um último ponto de apoio fundamental para o complexo Ipes-Ibad foi seu vínculo externo com os Estados Unidos da América (EUA): tanto com o Estado, por meio do embaixador Lincoln Gordon⁹ e o adido militar Vernon Walters, como com as empresas multinacionais às quais os tecnoempresários do Ipes-Ibad eram ligados. Por meio destes dois aparelhos, o governo norte-americano destinou uma grande quantidade de recursos financeiros ilegais para as campanhas dos candidatos da Ação Democrática Parlamentar (ADP)¹⁰ – frente parlamentar animada pelo Ipes-Ibad – às eleições de 1962, bem como às campanhas de candidatos aos governos estaduais de perfil conservador, tais como Carlos Lacerda, na Guanabara, Adhemar de Barros, em São Paulo e Magalhães Pinto, em Minas Gerais.¹¹

Do ponto de vista ideológico, o bloco histórico multinacional-associado absorvia muito daquilo que Dulci (1986) identificava como sendo o “anti-populismo” udenista. Tratava-se de um ideário liberal-conservador, apoiado na associação entre “democracia”, “liberdade” e “livre empresa”, em oposição ao “comunismo”, ao “totalitarismo” e ao “estatismo” (Dreyfus, 1987). Daí o emprego abundante do adjetivo “democrático” em todas as organizações colaterais e frentes sociais estimuladas pelo Ipes-Ibad, como a já mencionada ADP, ou ainda a Confederação da Mulher Democrática (CAMD), além de outras no meio estudantil e sindical.

⁹ Um ano antes de ser nomeado embaixador, Gordon, que era professor em Harvard, havia participado, em 1960, de um vasto projeto de pesquisa sobre a economia e o Estado no Brasil junto à Consultec, empresa de consultoria fundada por Roberto Campos e Lucas Lopes, entre outros, em 1959. Para Dreyfus (1987) a Consultec foi uma importante “trincheira burocrática” dos interesses do capital multinacional junto ao aparelho de Estado e uma peça importante na urdidura conspiratória, versão refutada por seus antigos membros, como Campos e Jorge Oscar Flores. Veja-se a entrevista do engenheiro Luís Fernando da Silva Pinto, um dos primeiros técnicos da Consultec e filho de Mário da Silva Pinto, um de seus fundadores, cf. *Insight e Inteligência* (2002). Embora negue qualquer participação da Consultec nas conspirações que antecederam o golpe, Pinto reconhece que o projeto Harvard/Consultec antecipou grande parte do programa de reformas do Estado iniciado pelo governo Castelo Branco.

¹⁰ A ADP contava com parlamentares em quase todos os partidos políticos com representação no parlamento, notadamente na UDN e no PSD. Cf. Dreyfus (1987).

¹¹ Não por acaso, esses três governadores viriam a ter um papel destacado na conspiração que conduziu ao golpe de Primeiro de Abril de 1964.

Como se pode ver nos parágrafos acima, a coalizão de direita que se formou contra o nacionalismo reformista de Goulart era bastante heterogênea. A seguinte passagem do historiador Daniel Aarão Reis sintetiza bem essa multiplicidade:

Sob o signo da cruz, da espada, do dinheiro e do medo, reuniram-se distintas correntes. Havia aqueles cujo único programa era reprimir: os chamados “gorilas”. Os que recebavam por seus capitais e propriedades e que financiaram a tessitura dos laços conspiratórios. Os que acreditavam no demônio do “comunismo ateu”, que era necessário esconjurar, nem que fosse a custa de muito sangue. Os que temiam pela integridade das forças armadas a que pertenciam. Os que apenas tinham medo de perder as posições adquiridas e intuía que de fato as perderiam num processo de radical distribuição da renda e do poder. Finalmente, mas não menos importante, os que elaboravam projetos alternativos de modernização para o país, nem sempre evidentes na mídia, nas conspirações que precederam o desfecho, mas que surgiriam mais tarde, quando se tratou de definir políticas para o futuro. Estes é que ocupariam posições centrais no poder. (Reis, 2001, p.343-344)

Não me caberia entrar aqui no espinhoso debate sobre as razões do golpe ou se este seria ou não evitável. Em princípio, estou de acordo com Figueiredo (1993) e com Gomes e Ferreira (2014) de que o desfecho de Abril de 1964 não estava escrito de antemão em lugar algum e que uma parte da responsabilidade pelo golpe deve ser atribuída aos erros das esquerdas, não sendo o menor deles ter permitido que a bandeira da democracia escapasse das suas mãos para as de seus antagonistas (Reis, 2001, p.341). Porém, também não posso deixar de assinalar que o golpe de 1964 foi o início de uma longa cadeia de eventos similares na América Latina,¹² o que sugere que, ao responder à estratégia geopolítica dos EUA para a região após a Revolução Cubana (1959) e aos temores da burguesia local de que o nacionalismo reformista pusesse em questão as relações de propriedade, o golpe era, ao menos, um desfecho bastante plausível

¹² Golpes na América do Sul em ordem cronológica: Brasil (1964), Bolívia (1964), Argentina (1966), Bolívia (1972), Chile (1973), Uruguai (1973), Argentina (1976). O golpe ocorrido no Peru (1968) não deve ser considerado parte do mesmo fenômeno, já que o regime dele resultante assumiu um ideário de esquerda nacionalista.

para a crise de hegemonia que se abriu em 1961. Desse modo, ainda que tenha sido bastante criticada por sua ênfase estruturalista, creio que a interpretação de Guillermo O'Donnell (1996) sobre o caráter de classe do que ele denomina como regimes “Burocrático-Autoritários” (BAs) do Cone Sul joga luz sobre uma dimensão importante dos acontecimentos brasileiros de então.

Após o golpe, membros proeminentes do Ipes e do Ibad, como os tecnocratas Roberto Campos e Glycon de Paiva, forneceram alguns dos quadros mais destacados do regime militar, que deu início a um amplo e ambicioso programa de reorganização do aparelho estatal e da economia do país. No que tange à relação entre os projetos do período anterior à tomada do poder e às transformações efetivamente implementadas ao longo da ditadura militar, o vínculo não é de modo algum linear. Se a plataforma do Ipes-Ibad tinha um cunho liberal antiestatista, os sucessivos governos militares acabaram promovendo uma expansão sem precedentes do setor estatal da economia brasileira. Além disso, a estrutura sindical corporativista, antes tão criticada, não só não foi eliminada, como foi ainda reforçada como mecanismo de controle dos trabalhadores, sobretudo de suas demandas salariais. Em outros âmbitos, contudo, as propostas dos tecnocratas do complexo Ipes-Ibad foram efetivadas como políticas de Estado, como nos casos das reformas administrativa, previdenciária e financeira. Em síntese, pode-se dizer que a ditadura logrou reorganizar e aglutinar as diversas frações das classes dominantes em torno de um modelo de desenvolvimento capitalista dependente e associado (Cruz; Martins, 1983).

Retornando ao plano político-partidário, o novo regime liquidou, com o Ato Institucional n.2 de 1965, o sistema de partidos anteriormente existente, substituindo-os por um bipartidarismo artificial. A maioria dos membros da antiga UDN e grande parte dos do PSD ingressaram na agremiação oficialista: a Ação Renovadora Nacional (Arena), a qual passou a aglutinar a direita política no país (Mainwaring; Meneguéllo; Power; 2000). Por meio da Arena, os vínculos clientelistas tradicionais entre o poder central e os poderes locais foram reorganizados e reforçados, conferindo capilaridade nacional ao partido oficialista.

5. A redemocratização e a conversão neoliberal

O processo de abertura, iniciado em meados da década de 1970, traria duas importantes mudanças no campo oficialista. De um lado, aumentaram as fricções entre o empresariado e o regime. No bojo da “Campanha Contra a Estatização”, as lideranças empresariais, além de fazerem críticas públicas à condução da economia, ensaiaram demandas de autonomia frente ao Estado (Cruz, 1995). Se tais críticas possuíam motivos opostos àquelas que ensejavam a mobilização operária e popular do mesmo período, o fato é que setores do empresariado convergiram para uma ampla frente pela democratização.

Por outro lado, após o retorno do pluripartidarismo em 1979, a unidade da direita se rompeu, com a formação de diferentes siglas (Mainwaring; Mene-guello; Power, 2000). O mais importante cisma foi aquele que se deu no interior do Partido Democrático Social (PDS), herdeiro direto da Arena, com o surgimento do Partido da Frente Liberal (PFL), o qual iria aliar-se ao principal partido oposicionista, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), viabilizando a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1984.

Os anos 1980 também testemunharam uma importante mudança nas clivagens ideológicas que delineavam o campo da direita. Se antes da transição democrática, o apoio à ditadura era a principal baliza que definiria o pertencimento à direita, durante o processo de democratização, em especial no bojo do momento constituinte (1987-1988), a direita abraçaria a defesa de políticas de liberalização econômica, ditas “neoliberais”, como seu principal traço programático. Essa nova orientação, cuja origem data da já referida campanha contra a estatização, se aprofunda na década seguinte, com a formação de diferentes *think tanks* neoliberais com apoio de seus congêneres estadunidenses, sendo o pioneiro o Instituto Liberal do Rio de Janeiro (1983) (Gross, 2002).

Cabe lembrar que a década de 1980 foi marcada por um intenso processo de mobilização popular, em particular da classe trabalhadora, impulsionado pela redemocratização, do qual a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) foram dois dos frutos mais notáveis. Assim, a direita se reorganizava e se reinventava para responder à ofensiva da esquerda, em uma conjuntura na qual confluíam a transição democrática e uma profunda crise econômica e social. Um dos momentos-chave desse en-

frentamento se deu na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), entre 1987-1988, quando as direitas se mobilizaram, por meio da atuação de um grupo de políticos que ficou conhecido como “centrão”, para barrar as propostas de reforma social mais avançadas que vinham da esquerda (Dreyfus, 1989).¹³ Porém, o auge da polarização da sociedade civil brasileira se deu no segundo turno das eleições de 1989, quando as candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor (PRN) encarnaram dois projetos antagônicos para o país. A vitória do último assinalou o início da implantação das reformas neoliberais no Brasil, acompanhando a tendência regional e mundial, sob o impulso da derrocada dos regimes do chamado “socialismo real” e do Consenso de Washington.

Collor, um *outsider* sem uma sólida base partidária, não logrou o apoio político suficiente para sustentar-se no poder, sendo afastado por um processo de *impeachment* em 1992. A consolidação de uma hegemonia neoliberal só viria em 1994, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais, candidato pela coligação PSDB-PFL.

Aqui, faz-se necessária uma explicação mais detida. O Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) havia sido fundado em 1988 por uma dissidência de parlamentares peemedebistas com uma plataforma de centro-esquerda (Rocha, 2015). Todavia, já nas eleições de 1989, seu candidato à presidência, o senador paulista Mário Covas já falava na necessidade de um “choque de capitalismo”. Aqui é importante lembrar que a social-democracia na qual os “tucanos” – como ficaram conhecidos os adeptos da sigla – se inspiraram não era aquela do trabalhista inglês Clement Attlee ou do alemão Willy Brandt – referência para o Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola –, mas sim a do primeiro-ministro francês Michel Rocard, ou do sociólogo britânico Anthony Giddens, que aceitavam diversos elementos do neoliberalismo (Cabrera, 1995). Assim, a guinada para a centro-direita dada em 1994, com a aliança de governo com o PFL e o Plano Real, se já não estava contida de antemão na fundação do PSDB, não pode ser tida como algo surpreendente e estranho às origens da agremiação.

¹³ O “centrão” era um bloco parlamentar suprapartidário que aglutinou a centro-direita na constituinte, contado com todo a bancada do PFL e parte expressiva da do PMDB.

Conclusão: a esfinge nos umbrais do presente

A roda da história daria mais uma surpreendente volta em 2002, quando o PT, principal força de oposição durante o octênio de FHC, se inclinaria para o centro, construindo uma ampla coalizão para o governo e entrando em acordo com setores-chave das classes dominantes em torno da preservação da estabilidade macroeconômica. Esse deslocamento, associado à ênfase nos programas sociais de distribuição de renda, forma os dois pilares do octênio dos governos Lula da Silva, levando alguns de seus intérpretes a falarem no surgimento de um novo fenômeno político-ideológico no país, o “lulismo” (Singer, 2012). O sucesso político da coalizão de centro-esquerda encabeçada pelo PT deslocou a centro-direita, liderada pela aliança PSDB-PFL, cuja antiga plataforma, calcada na estabilidade monetária, acabou sendo absorvida parcialmente por seus antigos antagonistas.¹⁴

Não por acaso, boa parte das críticas da oposição se concentraram na produção e veiculação de escândalos de corrupção – como nos casos do “Mensalão/Caixa 2” e do atual escândalo envolvendo a Petrobras –, nos quais os grandes meios de comunicação de massa ganharam um papel de destaque como forças opositoras. Como se viu acima, com a atuação da mídia na crise do pré-1964, esse papel não tem em si nada de novo. O que talvez seja inédito é o grau que atingiu o protagonismo da mídia como centro articulador das forças conservadoras do país.

Chego assim aos umbrais dos dias turbulentos que correm. Chego e me detenho, pois os demais colaboradores desta coletânea cobrirão, muito melhor do que eu poderia fazê-lo, as diversas dimensões da direita brasileira contemporânea. Porém, retomando aquilo que afirmei de saída, não se compreenderá essa “nova” direita, sem se entender que ela tem uma longa e complexa história no Brasil. Dessa maneira, o adjetivo “nova” deve ser, no mínimo, relativizado. Como não pensar em paralelos, por exemplo, entre o moralismo “udenista”

¹⁴ Aqui é importante deixar claro que a direita no Brasil contemporâneo não se encontra apenas na oposição, mas também no governo. Agremiações como o Partido Progressista (PP), de Paulo Maluf, sucessor do PDS e da Arena, integram a base de apoio dos governos Lula e Dilma desde 2003, o mesmo ocorrendo com o Partido Social Democrático (PSD) de Gilberto Kassab e Guilherme Afif Domingos, dissidência do PFL, desde 2011. Ainda que se possa dizer que se trataria de adesões “fisiológicas”, o pertencimento de tais partidos à direita é inegável.

dos anos 1950 e 1960 com aquele das multidões que hoje saem às ruas? Como não pensar também em paralelos entre as críticas ao “intervencionismo estatal” da política econômica do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) e críticas similares que foram feitas às políticas do segundo governo Vargas (1951-1954)?¹⁵ Como não encontrar similitudes entre os discursos que hoje pregam a necessidade de “mão firme” para dar ordem a uma sociedade consumida pela violência e a corrupção, com alguns dos diagnósticos formulados por Oliveira Vianna nos anos 1920? Por fim, vale apena deter-se na seguinte passagem de Daniel Aarão Reis, que procura captar o sentimento que unia as forças conservadoras do imediato pré-1964:

O que reunia todas estas diferenças, para além da defesa da lei, da ordem e dos bons costumes? Tinham todos uma profunda aversão ao protagonismo crescente das classes trabalhadoras na história republicana brasileira depois de 1945. Não se tratava, muitas vezes, de algo racional. No mais das vezes, era uma reação instintiva, uma coisa epidérmica, uma náusea, um desgosto ver aquelas gentes simplórias, subalternas, ascender a posições de influência e mando. Vindas não se sabia de onde, como que emergindo dos bueiros, estavam agora nos palácios, nas solenidades. Pessoas bregas, cafonas, não se vestiam direito, nem sabiam falar, como poderiam ser autorizadas a fazer política e a frequentar os palácios? Era urgente fazê-las voltar ao lugar de onde nunca deveriam ter saído: o andar de baixo. (Reis, 2001, p.344)

Qualquer analogia ou semelhança com o presente não é mera coincidência. É evidente que a sociedade brasileira mudou extraordinariamente ao longo do século passado e no início deste, mudando também os conteúdos dos discursos políticos que disputam seus rumos. Entretanto, nas últimas quatro décadas, diversos estudiosos do pensamento político-social brasileiro têm identificado a existência de longas “tradições”, ou “linhagens” de pensamento que perpassam nossa história política, cruzando o espectro esquerda-direita (Santos, 1978; Vianna, 1997; Brandão, 2007; Lynch, 2015). Assim, muitos dos discursos – tanto liberais como conservadores – que hoje conformam o

¹⁵ Para as principais linhas da política econômica do segundo governo Vargas e a divisão que gerou no seio da burguesia industrial, cf. Leopoldi (1995).

imaginário político das direitas brasileiras possuem uma história que data do século XIX. Daí a necessidade, aludida no título, de “regressar ao regresso” e buscar a genealogia desses discursos.

Por muito tempo já os intelectuais progressistas ou de esquerda têm desprezado as manifestações intelectuais e políticas da direita, menosprezando o apelo profundo que possuem para os mais variados estratos sociais. O barulho ensurdecedor das panelas nas varandas ou dos gritos nas ruas nos últimos meses – com claros ecos da “Marcha Com Deus, Pela Família e a Liberdade”, de 19 de abril de 1964 – deveriam ser suficientes para despertar-nos dessa ilusão autocomplacente. Hoje, as direitas, dentro de sua variedade e heterogeneidade, se põem diante de nós como uma esfinge. Espero que decifremos seu enigma antes que sejamos por elas devorados.

Referências bibliográficas

- AGGIO, A. A emergência das massas e a teoria do populismo na América Latina”. In: AGGIO, A.; LA HUERTA, Milton (org.). *Pensar o século XX: política e história na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2003.
- AVAREDA, A. *A democracia nas urnas: o processo político-eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1999.
- BENEVIDES, M. V. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BOSI, A. A escravidão entre dois liberalismos. In: _____. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992a.
- BOSI, A. A arqueologia do Estado providência. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992b.
- BRANDÃO, G. M. *A esquerda positiva: as duas almas do partido comunista (1920-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Linhas do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- CABRERA, J. R. *Os caminhos da Rosa: estudo sobre a socialdemocracia no Brasil*. Dissertação de mestrado. Araraquara, Unesp, 1995.
- CÂNDIDO, A. Radicalismos. *Estudos Avançados*, v.IV, n.VIII, 1990.
- CODATO, A. N.; OLIVEIRA, M. R. de. A marcha, o crucifixo e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, v.24, n.,47, São Paulo, 2004, p.271-302.
- COSTA, W. P. A independência na historiografia brasileira. In: JANCÓS, I. (org.). *A independência brasileira: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- CRUZ, S. C. V. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre economia política do autoritarismo*. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1995.

- _____.; MARTINS, C. E. De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. E. T. de (orgs.). *Política e sociedade no Brasil da abertura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DELGADO, L. N. de A. *O PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- DREYFUS, R. A. *1964 – a conquista do Estado: poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- DULCI, O. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1986.
- FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- _____.; FERREIRA, J. *1964: o golpe que derrubou um presidente e iniciou a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GROSS, D. *Institutos liberais e neoliberalismo na Nova República*. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp, 2002.
- HIPÓLITO, L. *PSD: de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HUNTINGTON, S. Conservatism as an Ideology. *American Political Science Review*, v. 51, 1957.
- INSIGHT e INTELIGÊNCIA. Entrevista Com Luís Fernando da Silva Pinto. *Insight e Inteligência*. Rio de Janeiro. Jan./fev./mar.
- LACLAU, E. *Ideology and Politics in Marxist Theory: Capitalism, Fascism, Populism*. London: New Left Review Books, 1973.
- LAMOUNIER, B. O pensamento autoritário na Primeira República. In: FAUSTO, B. (org.). *História geral da civilização brasileira*. v.X, tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand/Brasil, 1977.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município na política brasileira*. São Paulo: Alfa-ômega, 1993.
- LEOPOLDI, M. A. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In: GOMES, A. de C. (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- LYNCH, C. E. C. Cultura política brasileira. In: SANTOS, G.; BRITO, E. (orgs.). *Política no Brasil*. São Paulo: Oficina Municipal, 2015. p.57-83.
- LYNCH, C. O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850). *Lua Nova*, n.74, São Paulo, Cedec, 2008.
- MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. *Os partidos conservadores no Brasil: quem são e o que querem?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucittec, 1981.
- OLIVEIRA, R. S. de. A evolução recente dos estudos sobre o integralismo, *Estudos Ibero-Americanos*, v.36, n.1, Porto Alegre, PUC/RS, 2010.
- PAULA, C. J. de. Gustavo Corsão, apóstolo da linha dura. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.32, n.63, 2012, p.171-194.

- PINHEIRO FILHO, F. A. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil, *Tempo Social* – revista do Departamento de Sociologia da USP, v.19, n.1, São Paulo, 2007, p.34-51.
- PRADO Jr., C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RAMOS, A. G. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1961.
- RAMOS, A. G. *O problema nacional brasileiro*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.
- REIS, D. A. O colapso do colapso do populismo: acerca de uma herança maldita. In: FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- RICUPERO, B. O conservadorismo difícil. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (org.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.
- ROCHA, C. *A breve esquerda tucana: MUP/socialistas democráticos (1987-1990)*. Trabalho apresentado ao V. Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP. São Paulo, 13-16 de abril de 2015.
- SANTOS, W. G. dos. Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SOUZA, M. do C. C. de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1945)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- STEPAN, A. *Os militares na Política*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.
- URUGUAY, P. S. de S. Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- VIANNA, F. J. de O. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1986.
- VIANNA, L. W. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- _____. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.